

Rodrigo Melgaço Furtado de Mendonça

**CIDADANIA CULTURAL: APONTAMENTOS PARA UM CENTRO DE
CULTURA**

CELACC/ECA - USP

2013

Rodrigo Melgaço Furtado de Mendonça

A CAIXA CULTURAL SP NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA CULTURAL

Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos produzido sob orientação da prof. Ms. Maria Bernadete Toneto

CELACC/ECA-USP

2013

“Cultura é crise, é desassossego, é conflito, é troca, é risco, é desorientação, é esperança, é eleição, é princípio de algo. Se não ocorre esta sucessão de incidentes, de contradições, de buscas, de afirmações e negações, não há cultura, não há ciência, não há arte e, por conseguinte, não há razão e não há liberdade. Há outra coisa: isolamento, talvez genial, há erudição, por acaso fabulosa, há obras, talvez brilhantes, mas não há comunicação, não há realidade, não há sociedade”.

Jorge Glusberg

Sumário

Introdução.....	09
Cidadania Cultural.....	10
A Caixa Cultural SP: localização, comunicação e relações com o entorno	18
Programa Gente Arteira.....	23
Considerações Finais.....	25
Referências Bibliográficas.....	28
Webgrafia.....	28

RESUMO

Ao analisar a Cidadania Cultural, termo bastante explorado em escritos e atividades de gestão por Marilena Chaui, verifica-se que esta tem sido uma diretriz norteadora em diversas ações, seja por parte do poder público, sejam por agentes privados, que de diferentes maneiras a abordam.

A Cultura, que deveria ser considerada em toda sua abrangência, acaba por ter vários de seus setores subdesenvolvidos em muitos projetos culturais, principalmente aqueles geridos por empresas e não pelo Estado. Estas ações acabam limitando seu campo de atuação ao das belas artes, revelando um entendimento de Cultura no senso comum, por serem mais visíveis à sociedade e trazerem retorno mais imediato no que diz respeito à promoção da imagem institucional.

Partindo de uma fundamentação teórica, desenvolvida no primeiro capítulo, o presente trabalho buscou correlacioná-la às atividades da Caixa Cultural SP, e, num segundo momento, dedica-se a apresentar um estudo de ações culturais por ela praticadas, considerando seu espaço, sua relação com os frequentadores, e também com seu entorno, objetivando apontar possibilidades para uma apropriação mais efetiva pela comunidade, abrindo canais comunicativos para o diálogo e a conscientização de seus desejos.

Palavras-chave: Cultura, Cidadania Cultural, Democratização Cultural, Arte.

ABSTRACT

Analyzing the Cultural Citizenship, whose subject has been much explored in the writings and activities of management by Marilena Chaui, It notices that the Cultural Citizenship has been a guiding policy in several actions, or by the public power, or by private agents, which in different ways, interrogate it.

The Culture, which should be considered in its full scope, it turns to have several of their underdeveloped sectors in many cultural projects, particularly those managed by Companies and not by the State. These actions are limiting your playing fields in Fine

Arts, revealing an understanding of culture in the common sense, because they are more visible to society and bring it more immediate return regarding to the promotion of corporate image.

From a theoretical foundation, developed in the first chapter, the present paper sought to correlate it to the activities of Caixa Cultural SP, and, in a second time, it dedicated to show a study of cultural activities practiced by it, considering their space, their relationship with visitors, and also with its surroundings, aiming to show possibilities for appropriation more effective by the community, opening communication channels for dialogue and awareness of their desires.

Keywords: Culture, Cultural Citizenship, Cultural Democratization, Art.

RESUMEN

Mediante el análisis de la Ciudadanía Cultural, término ampliamente explorado en los escritos y actividades de gestión de Marilena Chaui, parece que esto ha sido una política que guía en diversas acciones, ya sea por el poder público, ya sea por agentes privados, que de diferentes maneras dirección.

La cultura, que debe ser considerado en toda su amplitud, resulta que tiene varios de sus sectores subdesarrollados en muchos proyectos culturales, en particular los dirigidos por empresas y no por el Estado. Estas acciones terminan limitando su campo para bien, revela una comprensión de la cultura en el sentido común, ya que son más visibles para la sociedad y traer de regreso más inmediato en lo que respecta a la promoción de la imagen corporativa.

A partir de una base teórica desarrollada en el primer capítulo, el presente estudio buscó relacionar a las actividades de Caixa Cultural SP, y, segundo, dedicado a presentar un estudio de las actividades culturales practicadas por él, teniendo en cuenta su espacio, su relación con los clientes, así como con su entorno, con el objetivo de encontrar

posibilidades de apropiación más eficaz de la comunidad, la apertura de canales de comunicación para el diálogo y consientizaçãõ sus deseos.

Palabras-clave: Cultura, Ciudadanía Cultural, Democratización Cultural, Arte.

INTRODUÇÃO

A viabilização daquilo que se entende por Cidadania Cultural não é tarefa fácil, pois no termo estão contidos inúmeros vetores, e a Cultura é entendida ali em toda sua abrangência, ultrapassando os estreitos limites do senso comum que a restringem ao campo das belas artes.

A Cidadania Cultural, baseada na Democracia Cultural, é uma das bases do Estado Democrático, que pela implantação de suas políticas públicas tem uma abordagem diferente daquela realizada por entidades privadas. O Estado é a esfera onde a Cidadania Cultural pode ser tratada em sua totalidade já que dispõe de um aparato que por múltiplas vias podem atingir a população e, quando suas próprias ferramentas são insuficientes para tal, tem na associação junto a entidades privadas um caminho para potencialização e realização de seu objetivo.

Difícilmente um único projeto promoverá a cidadania cultural em sua totalidade, portanto a realização de vários programas em que, cada qual atuando em limites definidos, viabilizem um ou mais dos pilares que a sustentam é de suma importância para a sociedade.

Programas como Gente Arteira, realizado pela Caixa Cultural SP, fornecem acesso à camadas da população geralmente excluídas de tais serviços e favorecem a promoção da Cidadania Cultural pelo viés da democratização do acesso à obras de artes. As atividades do programa incluem visitas com monitores que contextualizam historicamente as obras expostas e minimizam a sensação de desconhecimento e incapacidade de fruição artística, e busca devolver a autoestima necessária para que espaços de cultura voltem a ser aproveitados por muitos que não se sentem confortáveis a usufruir das atividades ali realizadas.

O presente artigo irá abordar os termos Cidadania Cultural e Cultura relacionando-os à algumas atividades realizadas pela Caixa Cultural SP, e sua localidade de atuação, valorizando características que o contato com obras de arte podem suscitar naqueles que a recepcionam.

CIDADANIA CULTURAL

Os Direitos Culturais estão previstos expressamente na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948). No Brasil, com a redemocratização brasileira, as discussões sobre cultura adquiriram uma dimensão que não possuíam ao longo do regime militar.

Nossa Constituição, de 1988, dedica uma seção à Cultura e define o papel do Estado na sua valorização, difusão e preservação. Com o intuito de garantir o direito à cultura, assim diz a Constituição:

“Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1.º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2.º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.”.

No art. 216, a Cultura é então definida do seguinte modo:

"Constitui o patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- as formas de expressão;
- os modos de criar, fazer e viver;
- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços às manifestações artísticas e culturais;

- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico."

Nota-se que o tratamento dado ao termo Cultura em nossa Constituição é bastante abrangente, não o simplificando as produções artísticas, e contemplando tudo aquilo que é identificador e formador da identidade brasileira. Conforme afirma José Márcio Barros, a "cultura refere-se tanto ao modo de vida total de um povo – isso inclui tudo aquilo que é socialmente aprendido e transmitido, quanto ao processo de cultivo e desenvolvimento mental, subjetivo e espiritual, através de práticas e subjetividades específicas, comumente chamadas de manifestações artísticas".(BARROS, 2007)

Fica também em evidência a ideia de valorização da diversidade cultural e da pluralidade de formas de vida, relacionando o termo não ao predomínio de determinadas culturas, mas com o reconhecimento da diversidade.

A *democracia cultural*, que tem por princípio favorecer a expressão de subculturas particulares e favorecer aos excluídos da cultura tradicional os meios de desenvolvimento segundo suas próprias necessidades e desejos, oferece-se como uma possibilidade de interpretação da CF. Embora o termo não esteja formalizado no texto constitucional, a questão levantada pela antropologia, sobre o reconhecimento de que as culturas são diversas, está contemplado pela Constituição. Não devendo haver, portanto, o patrocínio específico de determinadas culturas, por parte do Estado.

O Governo Municipal da Cidade de São Paulo teve entre 1989 e 1992, a filósofa e professora Marilena Chauí na gestão da Secretaria Municipal de Cultura. Partindo de uma diretriz identificada como "Cidadania Cultural", onde a cultura é tratada como um direito do cidadão e, numa perspectiva democrática, busca incluir culturalmente aqueles excluídos do acesso e criação de cultura, sua gestão foi norteadada por este princípio, onde foram criados mecanismos para que ele se viabilizasse¹.

¹A Secretaria Municipal de Cultura inúmeras vezes viu seus projetos inviabilizados, pois a mesma lei que a criara, restringia as atividades culturais ao campo das belas artes. Porém em 1991, foi emitido um decreto pela prefeitura onde ficou estabelecido que "considera-se atividade de natureza artística e cultural tudo o

Inicialmente o projeto de implantação de Cidadania Cultural, partiu da recusa de três concepções políticas que, em diferentes conjunturas, se consolidaram nos órgãos públicos de cultura.

São elas:

- A da Cultura oficial, produzida pelo Estado, que coloca o poder público como produtor de cultura. Teve seus momentos mais fortes durante o Estado Novo e a Ditadura nas décadas de 60 e 70, e instrumentaliza a cultura para legitimar o regime político, definindo para a sociedade suas formas e conteúdos culturais, numa perspectiva doutrinária.

- A populista, que pretende que o poder público se aproprie da cultura popular e, numa atitude pedagógica, faz com que o povo se reconheça nas formas e conteúdos que lhes são devolvidos pelo Estado. O núcleo desta concepção é a divisão entre cultura popular e cultura de elite, onde a primeira é identificada às nossas raízes e, por isso, representante mais genuína daquilo que expressaria nossa identidade. Já a segunda, acaba sendo satanizada, pois associada à classe dominante, que valoriza formas de expressão artísticas estrangeiras, tidas como sinônimo de desenvolvimento.

- A Neoliberal, que reflete o movimento iniciado nos anos 80 que, motivado por uma crise econômica e por suas soluções procuradas, minimizou o papel do Estado na gestão da Cultura. Este tratamento dado à cultura deixou a iniciativa privada não só como principal parceira das atividades culturais, mas também como modelo de gestão. A Cultura então foi administrada sob critérios de mercado, com apoios voltados a eventos de maior visibilidade, eventos de massa, deixando artes experimentais e de vanguarda, assim como manifestações de caráter mais local, desamparados. Esta concepção, ainda vigente, faz também com que artistas tenham que improvisar como profissionais de marketing, acarretando num aspecto grave de produção artística, pois os projetos passam

que deriva da atividade humana, como resultado de sua criação intelectual sob todas as formas de expressão”. Tal fato possibilitou a SMC na realização de seu trabalho.

a ser concebidos de acordo com o que irá interessar às potenciais empresas patrocinadoras².

A implantação de uma política focada na promoção da Cidadania Cultural demandou esforços, tamanho o enraizamento de tradições pouco afetas ao regime democrático, e ainda operantes no aparato político nacional. Como a própria Chauí externou “...no Brasil, uma política cultural torna-se inseparável da invenção de uma cultura política nova”. (1995, p.80). Posteriormente, ao escrever sobre sua experiência e os entraves que encontrou no sistema político para realizar seu trabalho ela relata:

Hierarquia, segredo e rotina são o contrário da democracia, que opera com igualdade de direitos, e não com distinções hierárquicas; com plena circulação da informação e o direito de produzi-la tanto quanto recebê-la, não como segredo; e, em vez da rotina, opera com a inovação contínua, suscitada pela dupla marca do democrático, isto é, a legitimidade dos conflitos e a criação de novos direitos.

Não bastasse a rigidez autoritária da burocracia, a rotina e a repetição administrativa, no caso da cultura, são visceralmente contrárias à atividade cultural, à sua lógica, ao seu tempo, à sua oportunidade e ao seu sentido. Imagine-se, portanto, o que há de suceder quando se traz para um órgão público a proposta de Cidadania Cultural! Em uma única proposta política, dois antagonismos com a burocracia: democracia e cultura. (CHAUI, 2006: p.76)

Em seus escritos, Chauí afirma ainda que foi preciso desmontar e reconstruir a mentalidade e o comportamento dos políticos, dos servidores públicos, e da sociedade, que viu explicitado, pela criação de um sistema de colegiados, fóruns e conselhos, seu direito a participar nas decisões e medidas adotadas na transformação da paisagem cultural da cidade de São Paulo. Afinal, também compete aos cidadãos, assim considerados os sujeitos de direitos e deveres, acompanharem o processo de criação, discussão, aprovação e, principalmente, implementação das ações, para que o direito fundamental constitucionalmente garantido seja efetivamente fruído por quem de direito.

²Botelho cita como exemplo importantes museus que, com dificuldades para manutenção de seus espaços e acervos, organizam exposições que atraem grande público e, antes de tudo, interessam aos patrocinadores.

Sobre do que se trata a política cultural, Canclini diz que é um programa de intervenções realizada pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários, com o objetivo de satisfazer às necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. (2005, p. 24)

Portanto, uma política cultural consistente é o fator preponderante na preservação da diversidade cultural, pois além de ser um instrumento de incentivo daqueles setores com menor poder de barganha no mercado, tais como as artes experimentais e manifestações culturais pertencentes a pequenas comunidades, abre também espaços para outras Instituições e agentes, fora da esfera pública, viabilizarem expressões artísticas e culturais que, se analisadas somente pelo viés mercadológico, ficariam sem apoio.

Entender a cidadania cultural significa dimensionar e tomar para si a consciência da importância que este direito fundamental representa. A construção da cidadania cultural equivale ao apoderamento da cultura brasileira pelos indivíduos. Este processo internalizador dos elementos culturais brasileiros incute nos cidadãos a certeza de “sentirem-se parte”. O indivíduo que se considera membro da sociedade reconhece isto a partir da identificação cultural. O “sentir-se parte” é o que move o cidadão no sentido da mudança. Esta consciência desperta seus impulsos políticos e alimenta sua ânsia por transformar o meio em que vive.

A importância do fomento Estatal para preservação e desenvolvimento da cultura brasileira reside no fato de que deixar com que o mercado regule a produção cultural é equivalente a esterilizá-la, vez que inviabiliza a liberdade que estas manifestações requerem. O Poder Público deve através de políticas públicas voltadas para esta finalidade, viabilizar a intensificação das manifestações culturais.

A Cidadania Cultural está alicerçada no acesso e preservação do nosso patrimônio cultural, na informação, na formação e na criação. Um programa de Governo pautado nela administra a cultura de forma sistêmica, integrando ações que unem o direito à saúde, ao transporte, à moradia, ao trabalho, à educação. A cultura permeia todas as ações do governo, portanto deve se articular com todas as suas áreas. Isoladamente, as políticas

culturais não conseguem atingir o plano cotidiano. E uma intervenção efetiva nesta esfera privada só pode se dar quando esse pressuposto for incorporado por todas as áreas e instâncias administrativas. A cultura, sob essa concepção, não pode ser uma responsabilidade específica do setor governamental dela responsável, mas encarada como uma diretriz global de governo.

No entanto, partir do pressuposto de que "cultura é tudo" é cair na impossibilidade de traduzir a dimensão deste discurso em elementos que o coloque em prática. Por isso, a necessidade de se estabelecerem os limites de seu campo de atuação, para que as boas intenções não fiquem apenas no plano teórico. Torna-se vital delimitar seu universo de abordagem, não trazendo para si a responsabilidade de outras áreas e, num consórcio de instâncias diversificadas de poder, atuar fundamentalmente como articuladora de programas conjuntos. É comum perceber o apelo às artes e à cultura para ajudar na solução de problemas que lhes são alheios. Nisto entram o estímulo ao turismo, a recuperação de infratores, contenção da violência, facilitação de aprendizado e vários outros. Faz-se importante pensar a área cultural de maneira integrada a estas interdependências para se entender a contribuição que se pode, e se deve, oferecer a estas demandas.³

Em seus estudos sobre cultura, Isaura Botelho fala sobre duas dimensões da cultura, a antropológica e a sociológica, conforme abaixo:

Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade... Os fatores que presidem a construção deste universo protegido podem ser determinados pelas origens regionais de cada um, em função de interesses profissionais ou econômicos, esportivos ou culturais, de sexo, de origens étnicas, de geração, etc. Na construção desses pequenos mundos, em

³ Existem pesquisas que apontam que a Arte desenvolve a capacidade cognitiva da criança e do adolescente de maneira que ele possa ser melhor aluno em outras disciplinas.

que a interação entre os indivíduos é um dado fundamental, a sociabilidade é um dado básico. (BOTELHO, 2001: p.74)

Aqui fica latente a ideia de que se faz necessária uma atuação privilegiadamente municipal, pois é a esfera do Estado que se encontra mais próxima do cidadão e pode elaborar diagnósticos mais sensíveis às reais condições vividas cotidianamente e quais os seus costumes, perfil comportamental, desejos e carências.

Em relação à dimensão sociológica ela diz:

...não se constitui no plano cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado: é a produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. Para que essa intenção se realize, ela depende de um conjunto de fatores que propiciem, ao indivíduo, condições de desenvolvimento e aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende de canais que lhe permitam expressá-los. (Idem. p.74)

A última dimensão liga-se a um universo institucionalizado, composto por circuitos organizacionais, cuja operacionalidade a faz ser foco de atenção das políticas culturais, já que, neste universo de atuação, tais políticas podem ter suas ações mais visíveis. O quadro institucionalizado para a produção das artes, tanto em caráter profissional, como em sentido amadorístico, gere um aparato que possibilita a elaboração de diagnósticos para solução de problemas e planejamentos que visam propiciar o acesso e criação de obras artísticas em variadas linguagens. Pode-se dizer que nesta dimensão é desenvolvido aquilo que o senso comum entende por cultura, ou seja, expressões artísticas, que por diversos meios têm estimuladas sua criação, circulação, além do consumo de bens simbólicos, propiciado pela acessibilidade ao público.

A CAIXA é uma instituição cuja atuação é centrada na área financeira. Há no entanto um setor responsável pelo marketing e promoção da imagem institucional da empresa que desenvolve projetos visando o desenvolvimento humano e intelectual e que apoia o desenvolvimento da cultura por meio de editais públicos, um deles diz respeito diretamente às unidades da Caixa Cultural, a saber:

Ocupação dos Espaços da Caixa Cultural, que tem por objeto a seleção para patrocínio de projetos culturais, nos segmentos de Artes Visuais, Teatro, Dança, Música, Cinema (exibição de mostras e festivais), além de palestras, encontros, cursos, oficinas e lançamento de livros, para ocupação dos espaços da CAIXA Cultural.

Nitidamente focada num campo que restringe a cultura às obras artísticas, o edital não arca com custos referentes ao período de pesquisa e concepção do projeto, e se propõe apenas à disponibilização dos bens culturais à sociedade, gerando uma prática de eventos. Não se pode negar que um evento artístico, como concretização de um processo cultural, tem um papel importante, além do que, viabilizar o acesso à obras de arte também está incluído naquilo que se denomina Cidadania Cultural. No entanto, um evento em si é pouco diante à dimensão de carências existentes na promoção da Cidadania Cultural, sendo algumas delas sanáveis quando se tem um equipamento cultural razoavelmente estruturado, como no caso.

Isoladamente estes eventos mais se aproximam daquilo que se entende por lazer, e se esvaziam da consistência necessária para se atingir um plano mais elevado, não cumprindo funções desempenhadas por produtos culturais.

Sem querer exagerar no papel representado por obras culturais, não que estas devam necessariamente conduzir a uma prática política, entendida aqui como transformação das relações sociais. Mas que se insiram no mínimo numa prática com vistas à transformações que induzam modificações no comportamento do indivíduo. Ou se entende a cultura por esse viés, ou nunca se chegará a lugar algum, nunca se passará do estágio de uma obra assistencialista e diversionista concedida à comunidade para que ela veja como se preocupam com ela. (Coelho, 1986, p. 104 e 106)

Aproveitando-se de alguns eventos patrocinados pelo edital de Ocupação dos Espaços, a CAIXA Cultural criou um interessante programa que faz com estes não se percam na esfera do lazer, chamado GENTE ARTEIRA, e que será apresentado mais adiante.

A CAIXA CULTURAL SP: Localização, comunicação e relações com o entorno

Localizada na Praça da Sé, n 111 a unidade da Caixa Cultural SP pode parecer pouco convidativa com sua fachada austera e suas colunas de granito negro. Ali foi a sede da presidência da empresa por vários anos, que hoje se encontra instalada em Brasília.

Com suas obras iniciadas em 1935, sob o regime ditatorial de Getúlio Vargas, que o inaugurou em 1939, a arquitetura dos prédios públicos construídos naquela época tinha a intenção de espelhar a pujança do Brasil sob seu regime.

O prédio tem uma arquitetura grandiosa, e nos passa a impressão de um monumento, cujas colunas nos remetem a um templo grego. O seu interior é ornamentado no estilo Art Decó, revelando uma busca pela “europeização” na época.

A região onde está instalada foi afetada por uma sucessão de intervenções urbanas de infra estrutura, como o Plano de Avenidas⁴ (implementado a partir da Gestão de Prestes Maia - 1938 - 1945), e várias outras grandes obras de desenvolvimento viário, que resultou na expansão do núcleo central original, possibilitando o acesso ao tecido urbano por automóveis particulares em sua redondeza. Com isto, o centro histórico foi se desvalorizando cada vez mais, justamente pelo difícil acesso de automóveis (em seu núcleo original) e por já se encontrar congestionado.

Havia nestes planos duas tendências com expressivas consequências à região central: significativa melhoria da acessibilidade do automóvel na região sudoeste da cidade e o tratamento do centro como articulação e passagem nessa nova estrutura que, com seus elevados, viadutos e trincheiras deteriorou o entorno do centro histórico e deixou, de certa maneira, a região Sé-República, ilhada. Ao mesmo tempo em que facilitou a passagem pela região, dificultou seu acesso direto, prejudicado pela ausência de garagens e facilidade de estacionamento, mãos únicas e vias exclusivas de ônibus e táxis.

⁴O Plano de Avenidas foi elaborado por Francisco Prestes Maia e Ulhôa Cintra, e seu objetivo central era a remodelação e a extensão do sistema viário de São Paulo. Maia propunha o descongestionamento e a expansão do centro, envolvendo a área central com um sistema de Avenidas e Viadutos.

Naquela região, até a década de 70, situavam-se os principais escritórios de negócios do Estado. Gradativamente o polo financeiro migrou para a Avenida Paulista, assim como outras áreas que também se desenvolviam na cidade. A partir dessa época de transição, deflagrou-se um processo de degradação, com aumento das taxas de delinquência, economia informal, atos de vandalismo, depredação do patrimônio histórico, aumento do número de mendigos e consumo de drogas em seu entorno.

A partir da década de 90, a cidade assistiu a uma série de iniciativas, por parte do governo e da sociedade, para revitalizar o centro em seus aspectos urbanísticos, culturais, sociais e econômicos. Estas iniciativas tomaram mais fôlego a partir de 2001, quando a prefeitura de São Paulo iniciou um programa buscando consolidar a identidade do centro como um espaço público de múltiplas funções, promovendo ações urbanísticas de inclusão social e redução da violência.⁵

O centro da cidade é marcado pela afluência de um grande número de pessoas. Transitam ali inúmeros perfis socioeconômicos e culturais. Desde aqueles que têm condições e recursos para explorar toda a cidade, como aqueles que só a utilizam localmente, como se fosse uma pequena cidade. Para os últimos, uma gama de serviços existe somente para os outros e, muitas vezes por falta de informação, continuam alijados do usufruto de bens que lhes estão disponíveis.

Há no centro alguns espaços culturais, com gratuidade de acesso, ou que cobram baixos valores, mas que, por várias razões, acabam sendo subaproveitados pela comunidade. É a prova de que o pressuposto de que simplesmente abrir as portas de um centro cultural ao público, considerado de maneira indiferenciada, basta para que suas galerias se encham de pessoas ávidas por obras de arte, não é verdade. Além das questões financeiras há inúmeras barreiras simbólicas que obstruem o contato de boa parte da população com o campo das artes. São fatores de ordem psicológica e sociológica, que norteiam os sujeitos em seus anseios latentes e que, ao serem ignorados na questão da acessibilidade a bens

⁵Na gestão municipal de Marta Suplicy em 2001, a Administração Regional da Sé, substituída pela subprefeitura, elaborou um Plano para revitalizar os bairros do centro histórico. Baseada na diversidade funcional e social, procurou enfatizar as atividades de moradia, emprego, cultura e lazer na região, propondo oito programas básicos: 1- Andar no centro; 2- Morar no centro; 3- Trabalhar no centro; 4- Descobrir o centro; 5- Preservar o centro; 6- Investir no centro; 7- Cuidar do centro e 8- Governar o centro.

culturais, acaba por facilitar somente a fruição artística de uma classe já cultivada. (Botelho. 2001, p.80)

Ao abrir suas portas e procurando fazer com que esta abertura seja feita democraticamente, seus potenciais usuários não podem ser considerados abstratamente, e sim como pessoas que pertencem a uma classe social, reside em certo lugar da cidade, tem algum ou nenhum nível de escolaridade, enfim, portam valores e conceitos. O “capital escolar” e os modos de consumo, por exemplo, são elementos determinantes das identidades sociais. Diferença e desigualdade se articulam num processo de apropriação espacial, definindo uma acessibilidade que é sobretudo, simbólica. (Serpa. 2004, p. 26)

Em um processo comunicativo deve-se admitir a importância do outro, aceitar que existe uma dependência entre as partes e a incerteza de ser compreendido por ela. Ou seja, o conhecimento de perfil daqueles que frequentam seus espaços se torna essencial para o entendimento de suas dinâmicas e melhor direcionamento de seus programas. Na Caixa Cultural SP, pesquisas que possam conhecer o público e seus interesses, são realizadas apenas por meio de livros disponibilizados nas exposições e pelo site, onde as pessoas podem se manifestar, expondo suas opiniões e considerações. O que restringe bastante uma comunicação mais expressiva, já que nem todos possuem acesso à internet e a postura adotada na captação destas informações é apenas receptiva, e pouco estimula este tipo de ação por parte dos usuários.

Apesar disso verificam-se algumas escritas interessantes nos livros deixados nas exposições. Algumas manifestações elogiosas, outras muitas que soam como uma agressão típica de comportamento adolescente, alguns registros bastante objetivos quanto às características do ambiente onde as obras estão expostas, como falta de luminosidade, letras pequenas nas etiquetas de identificação das obras (esta deixada por um senhor de 70 anos, que pediu que as dificuldades típicas de uma idade avançada fossem consideradas). Uma lida superficial nestes livros já revela um material rico, que numa análise verticalizada, abrindo para novas abordagens de coleta de informações, pode ser transformadora para ambos os pólos (Caixa Cultural e seus frequentadores). Mas que se

mantida apenas neste nível de registro, deixa latente uma sensação de vácuo comunicativo e pouca reverberação destas interessantes vozes que ali se apresentam.

Para que exista uma compreensão e sucessivamente um diálogo estabelecido entre a Caixa Cultural SP e seu público, poderiam ser feitas ações que o identificasse, como pesquisas que seriam realizadas a cada evento e exposição, para assim colher um feedback e possibilitar a manifestação de desejos. Fazendo com que o público colabore na concepção da programação cultural e utilizando também esta ação para levantar quais os possíveis obstáculos ao aproveitamento das atividades realizadas.

O reconhecimento das características dos frequentadores da Caixa Cultural SP com certeza revelará muitos dados interessantes, pois a região é marcada pela diversidade, devido ao grande fluxo de pessoas. No centro transitam indivíduos provenientes de lugares diferentes e de todas as classes sociais. Uma pesquisa bem realizada, pode ser bastante reveladora e trazer dados a serem pensados e trabalhados na programação desenvolvida, inclusive para sensibilização dos moradores da região.

Um espaço pode revelar muito sobre a reprodução das relações sociais. Não é interessante se furtar das possibilidades que um espaço tem para o encontro, a fala, os olhares, os passos, a discussão, em resumo, para a sociabilidade. Sua apropriação, pelo uso, é um caminho para a construção de relações socioespaciais que geram a identidade, o sentimento de pertencimento e as possibilidades de mudança e transformação, a partir desta apropriação. (Sobarzo, 2006, p. 95)

A interação destas pessoas, ou seja, desta diversidade humana é algo que interessa a qualquer espaço de cultura que almeja promover a inclusão cultural e a democratização da arte. Tal interação o faz palco revelador de conflitos sociais, já que, em maior ou menor grau, tensões presentes na sociedade podem vir à tona. Um espaço democrático é aquele que tem como uma de suas características mais marcantes o fato de operar com conflitos, onde estes não são ignorados e possuem um canal de escuta. Se esta característica não é explorada, cai-se numa zona de conforto (para quem?) tornando a sociabilidade mais “clean” (em último termo negando-a), onde se ocultam as diferenças e

se retiram as possibilidades de imprevistos, do espontâneo, da convivência e (por que não?) dos desacordos.

Centros culturais são espaços que devem ser idealizados como locais de convívio próximo e profundo das diferenças. Programas artístico-culturais bem estruturados e realizados, podem ser um veículo para o entendimento e respeito do multiculturalismo. Para que uma interação respeitosa ocorra é necessário fornecer conhecimento sobre a cultura local, a cultura de vários grupos que caracterizam a nação e a cultura de outras nações. Ação passível de realização na Caixa Cultural SP, que possui três galerias, cada uma delas podendo comportar uma exposição de trabalhos cujos autores são de localidades, épocas e se apropriam de técnicas distintas. Com uma postura didática sensível à iniciação de pessoas no contato com obras de arte, pode-se ali evidenciar a coexistência pacífica de várias opções estéticas. É o tipo de experiência cujo potencial de instaurar um sentimento de alteridade, onde o indivíduo se conscientiza de sua condição singular pelo contato com o outro, e se permite compreender o mundo a partir de um olhar “estrangeiro”, respeitando-o, é presente.

Uma pesquisa realizada em 2008 pelo instituto DataFolha revelou que a região da Sé convive com carências comuns à periferia da cidade. A população é pobre, o nível educacional é baixo e as condições de moradia precárias.

Tal qual alguns distritos mais distantes, como Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, a renda familiar não superava 3 salários mínimos. Metade dos moradores estudou apenas até o ensino fundamental. A maior parte dos moradores paga aluguel e o distrito possui muitos cortiços e prédios em situação ruim.

A principal queixa do distrito dizia respeito ao acúmulo de lixo e sujeira nas ruas, quesito em que a Sé lidera o ranking da cidade. Possível consequência dos problemas locais, 37% dos entrevistados queriam deixar o distrito.

O acesso à cultura e ao lazer, em geral, era menor que nos demais distritos centrais. Isto se referia à frequência a teatro, clubes, bares, shows, cinema e shopping, por exemplo.

A pesquisa foi realizada há 5 anos, mas é perceptível que poucas mudanças ocorreram desde então, inclusive na degradação e sujeira visíveis na Praça da Sé atualmente. O que denota uma inércia por parte dos centros culturais da região junto a seu entorno. A cultura pode ser um catalisador de transformação urbana, e a implantação de um projeto, em parceria com a subprefeitura da Sé, tendo em vista ações integradas que interfiram positivamente no bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos residentes na região, se faz necessário.

PROGRAMA GENTE ARTEIRA

Aproveitando-se de alguns dos projetos contemplados pelo edital de Ocupação dos Espaços, tais quais as exposições de artes plásticas, a CAIXA Cultural SP desenvolve um programa paralelo a estes eventos, cujo objetivo é o de promover a inclusão social e cultural de alunos de escolas públicas e particulares, pessoas com necessidades especiais e de idosos vinculados a entidades assistenciais.

O programa consiste basicamente em visitas guiadas por monitores que contextualizam e fornecem informações relevantes das obras ali expostas, abrindo possibilidades interpretativas e minimizando uma sensação de ignorância, muito comum àqueles que estão iniciando seu contato no mundo das artes.

Para viabilizar o acesso a estas atividades a CAIXA Cultural SP disponibiliza um ônibus para o transporte dos participantes, ciente das dificuldades existentes para o traslado de grupos vindos muitas vezes de distritos situados longe do centro da cidade, e oferecendo seus espaços para sociabilização e convivência entre crianças, adolescentes, adultos e idosos, por meio de atividades vinculadas à apreciação artística.

Um dos fatores mais relevantes e nobres deste programa é a associação que faz com o nosso sistema de ensino, sabidamente defasado na oferta de artes nas escolas, que forma pessoas com um repertório cultural bastante limitado. É uma ação que ameniza este desfalque, cujas consequências são extremamente nocivas na constituição das personalidades, sendo uma das mais prejudiciais aquela que potencializa a diminuição do

sentido de pertencimento social. Com uma formação extremamente precária no campo das artes, nossos centros culturais acabam por tomar uma áurea sacralizada, onde muitas pessoas não se sentem com conhecimentos suficientes para adentrarem nestes “templos de cultura”.

Ações como as que são realizadas por este programa, podem sim ser deflagradoras de um processo de formação de um público com repertório para construção de análises críticas elaboradas. A acessibilidade de uma exposição de obras de arte, independentemente se em caráter iniciático ou não, a uma pessoa, ou um grupo de pessoas, pode gerar uma experiência que deixa resíduos positivos. Pode fazer com que o indivíduo se apodere da obra, penetre em seu sentido maior, e a agregue ao seu universo de referências, que usará para interpretar ao mundo e a si mesmo no mundo.

Através das artes temos a representação simbólica dos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam a sociedade ou o grupo social, seu modo de vida, seu sistema de valores, suas tradições e crenças. A arte, como uma linguagem presentacional dos sentidos, transmite significados que não podem ser transmitidos através de nenhum outro tipo de linguagem, tais como as linguagens discursivas e científica. Não podemos entender a cultura de um país sem conhecer sua arte. Sem conhecer as artes de uma sociedade, só podemos ter conhecimento parcial de sua cultura. Aqueles que estão engajados na tarefa vital de fundar a identificação cultural, não podem alcançar um resultado significativo sem o conhecimento das artes. Através da poesia, dos gestos, da imagem, as artes falam aquilo que a história, a sociologia, a antropologia etc., não podem dizer porque elas usam um outro tipo de linguagem, a discursiva, a científica, que sozinhas não são capazes de decodificar nuances culturais. Dentre as artes, a arte visual, tendo a imagem como matéria-prima, torna possível a visualização de quem somos, onde estamos e como sentimos. A arte na educação como expressão pessoal e como cultura é um importante instrumento para a identificação cultural e o desenvolvimento. Através das artes é possível desenvolver a percepção e a imaginação, apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada. "Relembrando Fanon", eu diria que a arte capacita um homem ou uma mulher a não ser um estranho em seu meio ambiente nem estrangeiro

no seu próprio país. Ela supera o estado de despersonalização, inserindo o indivíduo no lugar ao qual pertence. (BARBOSA, 1990).

Um dado importante, que chama a atenção negativamente para o programa, é que não há nenhum diálogo entre a CAIXA Cultural e a Secretaria de Educação da cidade de São Paulo. Com certeza, uma comunicação entre estas duas pontas poderia ser um meio para se levantar um diagnóstico de carências a ser considerado tanto na elaboração de conteúdos programáticos, quanto no organograma para agendamento e inclusão das escolas nas atividades realizadas pelo programa. Numa atitude apenas receptiva por parte da CAIXA Cultural SP, a iniciativa de participação vem das próprias escolas. O resultado desta atitude passiva acaba por reforçar certos privilégios. Fazendo um levantamento estatístico das escolas contempladas pelo programa GENTE ARTEIRA em 2012, foi verificado que o número de escolas particulares era maior que o número de escolas públicas, provavelmente estas últimas as mais desfasadas no que diz respeito ao acesso à obras artísticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi dissertado anteriormente, podemos concluir que a Cultura não deve ser confundida com eventos isolados, no entanto não podemos negar que um evento artístico, como concretização de um processo cultural, tem um papel importante e muitas vezes, é nesses acontecimentos que as pessoas tomam contato, pela primeira vez, com determinadas obras, e são tocadas por elas.

Um programa de formação cultural deve ser pensado amplamente e engloba desde o aperfeiçoamento permanente dos agentes culturais diretos (atores, produtores culturais, músicos, etc.) até um projeto de iniciação artística de amplo alcance, que se aproxima mais do Programa Gente Arteira. Este programa pode amenizar carências na formação educacional de crianças e adolescentes, além disso, oferece atividades a idosos. Ele se articula com a área da educação, que é a ferramenta mais acessível para formação e um capital cultural e também de sua respectiva alimentação.

Trata-se de um programa importante, já que promove interações sociais, desenvolve atividades de conhecimento e descoberta da cidade de São Paulo, e contextualiza historicamente os participantes às obras expostas. Inserindo culturalmente camadas da população sem perspectiva de efetiva participação social. Sabemos que programas de tal natureza, geram mudanças flagrantes no comportamento dos participantes e em suas capacidades de integrarem-se e contribuírem para a sociedade em que se encontram.

Uma forma de potencializar ainda mais o seu caráter inclusivo, seria partir para uma efetiva comunicação junto às subprefeituras com o intuito de, num trabalho conjunto, fazer o levantamento das localidades mais carentes de acesso à arte na cidade de São Paulo e então tomar as medidas necessárias para viabilizá-lo.

É perceptível uma lacuna no que diz respeito ao olhar pouco sensível para com os moradores da região da Sé, que também convivem com carências típicas de bairros periféricos e não se vêem estimulados a frequentarem a CAIXA Cultural SP e a participarem de suas atividades. Estas inclusive poderiam tomar como referencia questões que extrapolam a área de cultura artística, como o lixo acumulado na região e sua respectiva depredação. Já que estas são demandas que se fazem presentes no relato daqueles que residem no distrito e visíveis a quem passa por ele.

Evidencia-se também a carência de canais comunicativos e uma maior abertura na formulação dos programas, postura que se aproximaria mais da Cidadania Cultural. Teixeira Coelho, em sua passagem pela Secretaria de Estado da Cultura, elaborou um programa para equipamentos culturais, cujo pilar se sustentava na iniciativa da ação partindo da comunidade. Ele dizia que “uma certa casa de cultura, portanto, não vai fazer teatro, ou cinema, ou dança. Fará o que as pessoas quiserem e puderem fazer”. (1986, p. 106)

É uma postura radical, considerando os programas formulados, que são de cunho muito mais intervencionista, onde se expõem conteúdos sem muita preocupação em se descobrir com os interessados aquilo que querem fazer. Talvez porque esse “descobrir” presente

muitos desafios, um deles o de não cair na utilização do espaço para apresentação de cópias de formas já consagradas de cultura, cabendo ao agente cultural a tarefa de assessoramento e a responsabilidade por adotar uma atitude provocativa diante de uma situação de inércia cultural.

Uma análise séria e sensível junto à comunidade, pode gerar um novo tipo de relação, e ser um facilitador na apropriação de seus espaços pelos cidadãos, por meio de seu uso e realização de atividades que integrem seus cotidianos, fazendo-os superar a condição de meros consumidores passivos e deflagrando processos culturais em que surja o verdadeiro sujeito da ação: “Eu”.

Referências Bibliográficas:

BARROS, José Marcio. “*Diversidade Cultural e Desenvolvimento Humano*” – Curso de Gestão e Desenvolvimento Cultural Pensar e Agir com Cultura, Cultura e Desenvolvimento local, 2007.

BOTELHO, Isaura. *São Paulo em Perspectiva (Vol. 15)*. São Paulo: Seade, 2001

BRANT, Leonardo (org.). *Políticas Culturais (Vol. 1)*. Barueri: Manole, 2003

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006

_____. *Estudos Avançados (Vol. 9)*. São Paulo: USP, 1995

CANCLINI, N. G. *Culturas, política y sociedade*. Buenos Aires: Clacso, 2005

COELHO, Teixeira. *Guerras Culturais*. São Paulo: Iluminuras, 2000

_____. *Usos da Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1986

SERPA, Angelo. *GEOUSP – Espaço e Tempo, n 15*. São Paulo: USP, 2005

SOBARZO, Oscar. *GEOUSP – Espaço e Tempo, n 19*. São Paulo: USP, 2006

Webgrafia

Portal Caixa Cultural. Disponível em: <http://www.caixacultural.com.br>, acessado em 03/03/2013.

Portal Caixa Econômica Federal (s/d). Disponível em: <http://www.caixa.gov.br>, acessado em 10, 11 e 13/03/2013.

Portal Folha de São Paulo (s/d). Disponível em: <http://folhaspdados.blogfolha.uol.com.br/2012/09/14/dna-paulistano-navegue-pelos-dados-em-mapa-interativo>, acessado em 23/06/2013.

Portal Prefeitura da Cidade de São Paulo. (s/d). Disponível em:

<http://www.capital.sp.gov.br>, acessado em 30/03/2013.

Portal São Paulo 450 anos. (s/d). Disponível em: <http://www.aprenda450anos.com.br>,

acessado em 09/02/2013.

Portal Solar Presencial (s/d). Disponível em:

http://solarpresencial.ufc.br/arquivos/curso/841/arte_educacao_cultura_ana_mae_barbosa.pdf, acessado em 08/04/2013.

Portal Viva o Centro. (s/d). Disponível em: <http://www.vivaocentro.org.br>, acessado em

10/04/2013.